

## SUMÁRIO

Apresentação.....	13	
REFLEXÕES PRELIMINARES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HERMENÊUTICA ESPECÍFICA PARA OS CONTRATOS DE SEGURO		
<i>Angélica Lucía Carlini</i>		
1. Introdução.....	15	
2. Contratos de seguro – a nova ordem contratual.....	17	
2.1. Os contratos de seguro no Brasil.....	23	
3. Hermenêutica jurídica – uma nova interpretação.....	28	
4. Interpretação dos contratos de seguro: um caso paradigmático.....	36	
5. Conclusão.....	48	
MIRAGENS E APROXIMAÇÃO		
<i>Antonio Carlos Alves Pereira</i> .....		53
1. Introdução.....	53	
2. A operação securitária e sua compreensão.....	53	
3. Operação massificada.....	54	
4. A “empresarialidade”.....	56	
5. A estrita boa-fé.....	60	
6. A exigência da “probidade”.....	62	
7. A interpretação-aplicação no contrato de seguro: a “liberdade de contratar”.....	64	
8. A interpretação-aplicação no contrato de seguro: os “riscos predeterminados”.....	66	
9. A interpretação-aplicação no contrato de seguro: a exigência de boa fé e da probidade.....	67	
10. A interpretação-aplicação no contrato de seguro: a “cláusula de rateio”.....	69	
11. A interpretação-aplicação no contrato de seguro: a mora no pagamento do prêmio.....	71	
12. A interpretação-aplicação no contrato de seguro: a questão das “doenças pré-existentes”.....	81	
13. Interpretação-aplicação no contrato de seguro: o segurado no seguro de responsabilidade civil que assume, de pronto, a sua responsabilidade.....	85	
14. A interpretação-aplicação no contrato de seguro: modificações na apólice de seguro de pessoas.....	89	
15. Conclusão.....	91	
O CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO SECURITÁRIA E O CONTRATO ALEATÓRIO		
<i>Flávio Queiroz B. Cavalcanti</i> .....		95
1. A Importância das classificações no Direito.....	95	
2. Das obrigações de garantia.....	98	
2.1. Os contratos aleatórios.....	100	
2.2. Contratos aleatórios e contratos condicionais.....	103	
3. O contrato de seguro é aleatório?.....	105	
4. Conclusão.....	110	
A DEPRECIAÇÃO E SEUS DOGMAS		
<i>Francisco de Assis Braga</i> .....		113
1. Introdução.....	113	
2. Depreciação – generalidades.....	113	
3. As perdas parciais: critérios de depreciação com visão retrospectiva e prospectiva.....	117	

4. Perdas parciais e aplicação das fórmulas de depreciação.....	125
5. Perdas parciais e aplicação de depreciação idêntica para prejuízos e valor em risco.....	127
6. A consideração dos tributos recuperáveis nas perdas parciais e no valor em risco.....	128
7. As perdas parciais, a depreciação e as soluções encontradas por outros ramos de seguros.....	129

#### A AÇÃO DIRETA DO TERCEIRO PREJUDICADO NO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL – UMA ANÁLISE DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

<i>Gustavo de Medeiros Melo</i> .....	131
1. Introdução.....	131
2. O diálogo entre o direito material e o sistema processual.....	131
3. O contrato de seguro no Código Civil de 1916.....	136
4. O seguro de responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor: o primeiro passo para uma mudança de paradigmas.....	139
5. O seguro obrigatório de responsabilidade civil.....	144
6. O seguro facultativo de responsabilidade civil no Código Civil de 2002.....	145
7. O regime processual de intervenção do segurador no seguro facultativo de responsabilidade civil.....	148
8. O chamamento do segurador ao processo.....	151
9. O litisconsórcio passivo entre segurado e segurador.....	157
10. Ação direta do terceiro prejudicado contra o segurador.....	160
11. O Projeto de Lei n. 3.555/04 e a tendência universal do Direito Comparado.....	163
12. Conclusões.....	166

#### O SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E OS ADMINISTRADORES DE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

<i>Ivy Cassa</i> .....	173
1. Introdução: partindo da ideia de responsabilidade civil.....	173
2. Seguro de responsabilidade civil.....	177
3. Seguro D&O.....	183
4. Seguro de responsabilidade civil para administradores de entidades de previdência privada.....	184
5. Conclusão.....	189

#### INTERESSE SEGURÁVEL NO SEGURO DE PESSOAS – FORMAÇÃO DO CONTRATO

*Marcio Alexandre Malfatti*

*Hilton Gomes dos Santos*

<i>Heberte Leandro Fonseca de Souza</i> .....	193
1. Conceito.....	193
2. Elementos.....	196
3. Breves considerações acerca do interesse no seguro de dano de responsabilidade civil.....	198
3.1. Estipulação por conta de terceiros.....	199
3.2. Estipulação em favor de terceiros.....	199
3.3. Seguro por conta de quem pertencer.....	199
3.4. Interesse no seguro de responsabilidade civil.....	199
4. Interesse no seguro de pessoas.....	201
5. Conclusão.....	207

LEI SOBRE O CONTRATO DE SEGURO (PL N. 3.555/04): REQUISITO ESSENCIAL PARA A

## INTERNACIONALIZAÇÃO DO MERCADO DE SEGUROS E RESSEGUROS BRASILEIRO

*Paulo Luiz de Toledo Piza*.....209

### O SEGURO A VALOR DE NOVO

<i>Tiago Moraes Gonçalves</i> .....	225
1. Apresentação.....	225
2. Princípio indenizatório.....	226
2.1. Os seguros de dano e o princípio indenizatório (ou indenitário).....	226
2.2. Sobre-seguro – definição e efeitos.....	228
2.3. Infra-seguro e regra proporcional (cláusula de rateio) – fundamentos.....	229
3. O interesse como bem juridicamente tutelado pelo contrato de seguro.....	231
4. O seguro a valor de novo.....	233
4.1. Definição e aplicabilidade.....	233
4.2. Histórico.....	234
4.3. Teses desenvolvidas pela doutrina para justificar a licitude dos seguros Com cobertura a valor de novo.....	237
4.4. Cálculo da indenização.....	240
4.5. Regramento no ordenamento jurídico brasileiro.....	243
5. Conclusão.....	245

### HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO À SAÚDE – ASPECTOS BIOÉTICOS E A POSITIVAÇÃO DO DIREITO – O CONTRATO DE SEGURO E AS NOVAS CIÊNCIAS

<i>Walter Antonio Polido</i> .....	251
1. Introdução: <i>homo sapiens e antrophos</i> .....	251
2. Novas correntes: do humanismo e transumanismo.....	261
3. Juramento de Hipócrates.....	267
4. A sociedade moderna.....	269
5. Humanização no âmbito da formação profissional.....	275
6. Modelo assistencial centrado na rede pública e a assistência privada suplementar. Da inter-relação do contrato de seguro com as <i>novas ciências</i> .....	277
7. Conclusões.....	296

### FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE SEGURADORA – LIMITES DO CONTROLE ESTATAL

<i>Wolf Ejzember</i> .....	311
1. Introdução.....	311
2. Importância da fiscalização e controle da atividade seguradora.....	314
3. Fiscalização e controle da atividade seguradora.....	320
4. Limites da intervenção na atividade seguradora – legalidade.....	328
5. Extravagância no poder de intervenção – Circular SUSEP n. 06/90.....	336